



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

Pregão nº 608/2021

Processo nº 2021-DX8WH

1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1163/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE E A EMPRESA BAXTER HOSPITALAR LTDA

O **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, neste ato representado pelo Subsecretário de Estado de Atenção à Saúde, Sr. **JOSÉ MARIA JUSTO** (respondendo), portador da Carteira de Identidade RG nº 1.032.002 e inscrito no CPF sob o nº 022.789.837-09, designado pelo Decreto Estadual nº 112-S, de 24/01/2022, e a empresa **BAXTER HOSPITALAR LTDA (CNPJ 49.351.786/0011-52)**, localizada na Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, s/n, km 84, Bairro Pinhal, Gleba ML, Cidade de Cabreúva, Estado de São Paulo, CEP 13315-000, neste ato representada pelo Sr. **RODRIGO ALVES PONTES**, portador da Carteira de Identidade RG nº 34.697.204-8 e inscrito no CPF sob o nº 319.807.148-86, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO**, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente termo aditivo tem por objetivo alterar o CNPJ e o endereço da empresa **BAXTER HOSPITALAR LTDA**, no preâmbulo da Ata de Registro de Preços nº 1163/2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ONDE SE LÊ:

“Pelo presente instrumento, o ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestora do FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, representado legalmente pela Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde, Sra. QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA, portadora da Carteira de Identidade RG nº 8068164964 e inscrita no CPF nº 779.664.570-87, nomeada pelo Decreto nº 0560-S, de 04/05/2020 e publicado no DIO de 05/05/2020, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL DE CONSUMO - MEDICAMENTOS, sob nº 608/2021, RESOLVE registrar os preços da empresa BAXTER HOSPITALAR LTDA **(CNPJ 49.351.786/0010-71), localizada na Av. Jose Alves de Oliveira, 300, Galpão 14, Parque Industrial, Jundiá, SP, CEP 13213-086**, neste ato representada pelo Sr. RODRIGO ALVES PONTES, portador da Carteira de Identidade RG nº 34.697.204-8 e inscrito no CPF sob o nº 319.807.148-86, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual nº 1.790-R/2007, pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.”

LEIA-SE:

“Pelo presente instrumento, o ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestora do FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, representado legalmente pela Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde, Sra. QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA, portadora da Carteira de Identidade RG nº 8068164964 e inscrita no CPF nº 779.664.570-87, nomeada pelo Decreto nº 0560-S, de 04/05/2020 e publicado no DIO de 05/05/2020, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL DE CONSUMO - MEDICAMENTOS, sob nº 608/2021, RESOLVE registrar os preços da empresa BAXTER HOSPITALAR LTDA **(CNPJ 49.351.786/0011-52), localizada na Rodovia Dom Gabriel Paulino Bueno Couto, s/n, km 84, Bairro Pinhal, Gleba ML, Cidade de Cabreúva, Estado de São Paulo, CEP 13315-000**, neste ato representada pelo Sr. RODRIGO ALVES PONTES, portador da Carteira de Identidade RG nº 34.697.204-8 e inscrito no CPF sob o nº 319.807.148-86, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual nº 1.790-R/2007, pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.”

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

2.1 – Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições anteriormente avençadas, não alteradas pelo presente instrumento.

2.2 – E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

JOSÉ MARIA JUSTO

Subsecretário de Estado de Atenção à Saúde – Respondendo
Contratante

RODRIGO ALVES PONTES

Baxter Hospitalar Ltda
Contratada

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

JOSE MARIA JUSTO
SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01
SSAS - SESA - GOVES
assinado em 31/01/2022 09:09:40 -03:00

RODRIGO ALVES PONTES
CIDADÃO
assinado em 28/01/2022 16:38:31 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 31/01/2022 16:26:43 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ALESANDRO JOSE LIBERATTO JUSTO (ASSISTENTE GERENCIA QC-02 - NECV - SESA - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-1HHW23>

**RESUMO DA ORDEM DE FORNECIMENTO
Nº 0204/2022**

PROCESSO: 2020-HRC2D**REF ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Nº 0136/2021

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde**CONTRATADA:** ELFA MEDICAMENTOS S/A - CNPJ: 09.053.134/0002-26**OBJETO:** aquisição de medicamentos.**VALOR:** R\$ 290.495,70.**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

Atividade: 20.44.901.10.303.0047.2692; Elemento de Despesa 339032 do orçamento do órgão requisitante para o exercício de 2022.

Data da Assinatura: 28/01/22

JOSÉ MARIA JUSTO

Subsecretário de Estado da Saúde - Respondendo

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
INSULINA DEGLUDECA 100UI/ML	SERINGA PREENCHIDA	2.970	97,81	290.495,70

Protocolo 792183

**ORDEM DE FORNECIMENTO
Nº 0258/2022**

PROCESSO Nº 2021-LSPSP**REF. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº** 112/2021**CONTRATANTE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE.**CONTRATADA:** NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME**CNPJ:** 34.729.047/0001-02**OBJETO:** Aquisição de Medicamentos.**VALOR:** R\$ 72.144,00.**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Atividade:20.44.901.10.303.0047.2692 Elemento de Despesa 339032, do orçamento do órgão requisitante para o exercício de 2022.**DATA DA ASSINATURA:** 31/01/2022.**JOSÉ MARIA JUSTO**

Subsecretário de Estado da Saúde - Respondendo

DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
TEICOPLAMINA 400MG	FRASCO AMPOLA	1.800	40,08	R\$ 72.144,00

Protocolo 792262

**RESUMO DO 2º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 0007/2020**

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde - SESA.**CONTRATADA:** MEGA SOLUÇÕES CIENTÍFICAS E LOCAÇÃO LTDA ME - CNPJ/MF sob o nº 12.086.330/0001-20.**OBJETO:** a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 0007/2020, pelo prazo de 12 (doze) meses, conforme autorização prevista na sua Cláusula Quinta, a contar de 07/02/2022.**VALOR:** O valor mensal previsto para os serviços objeto do Contrato nº 0007/2020 será de R\$ 1.383,29 (Um mil, trezentos e oitenta e três reais e vinte e nove centavos).**DATA DA ASSINATURA:** 27/01/2022.**PROCESSO Nº** 2021-WHL1S**LUIZ CARLOS REBLIN**

Subsecretário de Estado da Saúde

Protocolo 792329

**RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0594/2021**

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde.**CONTRATADA:** Baxter Hospitalar Ltda**OBJETO:** alterar o CNPJ e o endereço da empresa BAXTER HOSPITALAR LTDA, no preâmbulo da Ata de Registro de Preços nº 0594/2021**DATA DA ASSINATURA:** 31/01/2022**PROCESSO Nº** 2021-02R3T**JOSÉ MARIA JUSTO**

Subsecretário de Estado da Saúde

Respondendo

Protocolo 792386

**RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE
REGISTRO DE PREÇOS Nº 1163/2021**

CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Saúde.**CONTRATADA:** Baxter Hospitalar Ltda**OBJETO:** alterar o CNPJ e o endereço da empresa

BAXTER HOSPITALAR LTDA, no preambulo da Ata de Registro de Preços nº 1163/2021

DATA DA ASSINATURA: 31/01/2022

PROCESSO Nº 2021-DX8WH

JOSÉ MARIA JUSTO

Subsecretário de Estado da Saúde

Respondendo

Protocolo 792390

RETIFICAÇÃO

Na redação da Ratificação de Aquisição por Dispensa De Licitação, publicado no Diário Oficial de 31/01/2022.

ONDE SE LÊ:

PROCESSO Nº 2022-Q0QWP

LEIA-SE:

PROCESSO Nº 2022-SVG13

ERICO SANGIORGIO

Subsecretário de Estado da Saúde

Protocolo 792428

Hospitais

RESUMO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

PROCESSO: 2021-9WH9P-HESJC

EMPRESA: SERRAMED **PRODUTOS HOSPITALARES LTDA**

OF Nº 0098/2022-HESJC - ARP Nº 00235/2021

HRAS - Pregão Nº 0102/2021

OBJETO: MÁSCARA PARA CPAP TOTAL FACE

VALOR TOTAL - R\$ 8.874,36

São José do Calçado, 31 de janeiro de 2022.

Allan Rodrigo Ramos

Diretor Geral/HESJC

Respondendo

Protocolo 792074

RESUMO DA ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 089/2022

PROCESSO LIC Nº: 2021-F3SV1

PROCESSO PGT. Nº: 2021-SNP7N

PREGÃO: Nº 045/2021 - HEAC

ATA Nº: 0099/2021

CONTRATADA: SAMTRONIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

LOTE 1.1: equipo bomba infusao peristaltica com filtro; V.Unit R\$ 29,00; Qtd. 5.000 UND

VALOR TOTAL: R\$ 145.000,00

LOTE 1.3: equipo fotoprotetor para bomba infusão peristáltica.

V.Unit R\$ 30,00; Qtd. 400 UND

VALOR TOTAL: R\$ 12.000,00

São Mateus, 31/01/2022

Eduardo Ribeiro Morais

Diretor Geral/HRAS

Protocolo 792430

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 0001/2021

PROCESSO Nº 2021 187DQ

CONTRATANTE - Hospital Infantil Nossa Senhora da Gloria.

CONTRATADA: UP EMERGENCIAS EIRELI ME

OBJETO - Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Original por 12(doze) meses, a partir

de **09/02/2022**, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REMOÇÃO EM AMBULÂNCIA DE SUPORTE AVANÇADO PARA PACIENTES INTERNADOS NO HINSG., com valores de acordo com o anexo I.

DATA DA ASSINATURA -

28/01/2022

GRAZIELA DE OLIVEIRA NUNES SALAROLI

Diretora Geral - HINSG

Vitória, 31 de Janeiro de 2022.

Protocolo 792353

HOSPITAL DR. ROBERTO ARNIZAUT SILVARES

ERRATA

O Hospital Dr. Roberto Arnizaut Silveiras torna público que no EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ref. ao proc. **2021-TV9VN** publicado no DIO do dia **31/01/2022**, sob o número protocolo **791378**.

ONDE SE LÊ:

EMPRESA: NSADISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI

CNPJ: 34.729.047/0001-02

LEIA-SE:

EMPRESA: INTERATIVA NUTRIÇÃO CLINICA LTDA

CNPJ: 04.550.922/0001-23

Eduardo Ribeiro Morais

Diretor Geral do HRAS

Protocolo 791906

Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER -

PORTARIA Nº 91-S, DE 31 DE JANEIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 146, §§ 3º e 8º da Lei Complementar nº 46 de 31 de janeiro de 1994 e, tendo em vista o que consta do processo nº 2021-5J2LW,

RESOLVE:

PRORROGAR por 02 (dois) anos os efeitos da Portaria n.º 038-S, publicada em 13 de janeiro de 2020, que concedeu a licença para trato de interesses particulares, sem remuneração, da servidora **CRISTINA RAMOS MASCARENHAS**, nº funcional 547752/20, a partir de 03 de fevereiro de 2022.

MARCELO CALMON DIAS

Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos

Protocolo 791901

PORTARIA Nº 92-S, DE 31 DE JANEIRO DE 2022.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS, no uso no uso da delegação de competência atribuída pelo Art. 1º, do Decreto nº 1941-S, publicada em 05 de setembro de 2013, e



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 03/02/2022 08:54:56 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ALESANDRO JOSE LIBERATTO JUSTO (ASSISTENTE GERENCIA QC-02 - NECV - SESA - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2022-BRR5H5>



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1163/2021

Pregão nº 608/2021 Processo nº 2021-DX8WH

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE**, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.080.605/0001-96, com sede na Rua Eng. Guilherme José Monjardim Varejão, nº 225, Enseada do Suá, Vitória - ES, CEP 29050-260, no uso de suas atribuições de gestora do **FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE - FES**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 06.893.466/0001-40, representado legalmente pela Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde, Sra. **QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA**, portadora da Carteira de Identidade RG nº 8068164964 e inscrita no CPF nº 779.664.570-87, nomeada pelo Decreto nº 0560-S, de 04/05/2020 e publicado no DIO de 05/05/2020, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, PARA **REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL DE CONSUMO - MEDICAMENTOS**, sob nº **608/2021**, RESOLVE registrar os preços da empresa **BAXTER HOSPITALAR LTDA (CNPJ 49.351.786/0010-71)**, localizada na Av. Jose Alves de Oliveira, 300, Galpão 14, Parque Industrial, Jundiaí, SP, CEP 13213-086, neste ato representada pelo Sr. **RODRIGO ALVES PONTES**, portador da Carteira de Identidade RG nº 34.697.204-8 e inscrito no CPF sob o nº 319.807.148-86, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pela Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual nº 2.458-R/2010, pelo Decreto Estadual nº 1.790-R/2007, pela Lei nº 8.666/1993 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1 - DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços dos medicamentos especificados no Anexo I do Edital.

1.2 - Integram esta Ata, como partes indissociáveis e independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

- a) Anexo A – Especificação dos preços;
- b) Anexo B – Modelo de Ordem de Fornecimento;
- c) o Edital e todos os seus Anexos;
- d) a Proposta Comercial da Contratada.

2 - DO PREÇO

2.1 - Os preços a serem pagos coincidem com os preços definidos no Anexo desta Ata, e nele estão incluídas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão de obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto no item 3 deste instrumento.

2.3 - A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei 8.666/1993, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3 - DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

3.1 - Quando, por motivo superveniente, o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, o órgão gerenciador deverá:

- 3.1.1 - convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- 3.1.2 - frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- 3.1.3 - convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.2 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante oferta de justificativas comprovadas, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- 3.2.1 - Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de sanção administrativa, desde que as justificativas sejam motivadamente aceitas e o requerimento ocorra antes da emissão de ordem de fornecimento;
- 3.2.2 - Convocar os demais fornecedores para conceder igual oportunidade de negociação.

3.3 - Não logrando êxito nas negociações, o órgão gerenciador deve proceder à revogação da Ata de Registro de Preços e à adoção de medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

3.4 - Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, será adotado o critério de revisão, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

3.5 - A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência da Ata, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.

3.5.1 - Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

3.5.2 - Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento, modalidade que não será admitida neste registro de preços, posto que a sua vigência não supera o prazo de um ano.

3.5.3 - Não será concedida a revisão quando:

3.5.3.1 - ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

3.5.3.2 - o evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência da Ata;

3.5.3.3 - ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

3.5.3.4 - a parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento.

3.6 - Em todo o caso, a revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência e Procuradoria Geral do Estado, e não poderá exceder o preço praticado no mercado.

4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1 - O preço registrado poderá ser cancelado nas seguintes hipóteses:

4.1.1 - Pela Administração, quando houver comprovado interesse público, ou quando o fornecedor:

4.1.1.1 - não cumprir as exigências da Ata de Registro de Preços;

4.1.1.2 - não formalizar contrato decorrente do Registro de Preços ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

4.1.1.3 - não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese de se tornar este superior aos praticados no mercado;

4.1.1.4 - incorrer em inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços.

4.1.2 - Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação formal e expressa, comprovar a impossibilidade, por caso fortuito ou força maior, de dar cumprimento às exigências do instrumento convocatório e da Ata de Registro de Preços.

4.2 - O cancelamento do registro de preços por parte da Administração, assegurados a ampla defesa e o contraditório, será formalizado por decisão da autoridade competente.

4.2.1 - O cancelamento do registro não prejudica a possibilidade de aplicação de sanção administrativa, quando motivada pela ocorrência de infração cometida pelo particular, observados os critérios estabelecidos na cláusula décima primeira deste instrumento.

4.3 - Da decisão da autoridade competente se dará conhecimento aos fornecedores, mediante o envio de correspondência, com aviso de recebimento.

4.4 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.5 - A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

5 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

5.1 - A Contratante pagará à Contratada pelos produtos adquiridos, conforme Decreto Estadual nº 4.662-R/2020, nos dias 10, 20 ou 30 do mês, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, devidamente aceita pelo Contratante, vedada a antecipação.

5.2 - Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:

$$VM = VF \times \frac{12}{100} \times \frac{ND}{360}$$

Onde:

VM = Valor da Multa Financeira.

VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.

ND = Número de dias em atraso.

5.3 - O pagamento far-se-á por meio de uma única fatura.

5.4 - Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.

5.5 - A liquidação das despesas obedecerá, rigorosamente, o estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.

5.6 - Fica estabelecido que o prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da Nota Fiscal/Fatura no protocolo da entidade, desde que atendidas todas as condições contratuais para sua apresentação e da ausência de correções na Nota Fiscal/Fatura.

6 - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DOS CONTRATOS

6.1 - O prazo de vigência dessa Ata de Registro de Preços é de 01(um) ano, contado do dia posterior à data de sua publicação no Diário Oficial, vedada a sua prorrogação.

6.2 - O prazo de vigência das contratações decorrentes desse registro de preços apresentará como termo inicial o recebimento da ordem de fornecimento e como termo final o recebimento definitivo dos produtos pela Administração, observados os limites de prazo de entrega fixados no Anexo I, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia e validade dos produtos adquiridos.

7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que participarem ou aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da contratação.

8 - DA CONVOCAÇÃO PARA RECEBER A ORDEM DE FORNECIMENTO

8.1 - A emissão da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado na Imprensa Oficial, em conformidade com os prazos estabelecidos na Lei 8.666/1993.

8.2 - Quando houver necessidade de aquisição dos produtos por algum dos órgãos participantes da Ata, o fornecedor será convocado para receber a ordem de fornecimento no prazo de até 15 dias úteis.

8.3 - A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º, da Lei 8.666/1993, quando solicitado pelo fornecedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 - Se o fornecedor se recusar a receber a ordem de fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a ordem de fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

9 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO MEDICAMENTO

9.1 - A entrega do objeto do contrato dar-se-á no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos dias após o recebimento da ordem de fornecimento.

9.2 - O produto será entregue em dias úteis nos respectivos almoxarifados da farmácia das unidades participantes, nos endereços abaixo relacionados:

9.2.1 CAPAAC - Centro de Atendimento Psiquiátrico Dr. Aristides Alexandre Campos; Rua Leopoldino Smarzaró nº17, Bairro Monte Cristo, Cachoeiro de Itapemirim, CEP 29310-370;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

9.2.2 CREFES - Centro de Reabilitação Física do Espírito Santo; Rua Gastão Roubach s/nº, Praia da Costa, Vila Velha (ES), CEP 29.101-020;

9.2.3 DSPM - Hospital da Polícia Militar, Rua Joubert de Barros nº 555, Bento Ferreira, Vitória (ES), CEP 29050-720;

9.2.4 HABF - Hospital Antônio Bezerra de Farias, Rua Castelo Branco, nº 2012, Jaburuna, Vila Velha (ES), CEP 29100-040;

9.2.5 HDRC - Hospital Dra. Rita de Cássia, Avenida Vitória Fernandes de Jesus, nº 91 Bairro Irmãos Fernandes. Referência: saída para Coporanga, galpão atrás do Posto Milcar. Barra de São Francisco (ES) CEP 29800-000;

9.2.6 HDS - Hospital Dório Silva, Av Euder Scherez de Souza, s/nº, Parque Residencial Laranjeiras, Serra (ES) CEP 29175-680;

9.2.7 HEAC - Hospital Estadual de Atenção Clínica, Rodovia Governador Jose Sete, km 6,5, Alameda Elcio Álvares, s/nº, Santana, Cariacica (ES) CEP 29152-600;

9.2.8 HESVV - Hospital Estadual de Vila Velha, Avenida Anésio José Simões, 76 São Torquato, Vila Velha (ES) CEP 29114-350;

9.2.9 HINSG - Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, Rua Mary Ubirajara, nº 205, Santa Lucia, Vitoria (ES), CEP 29027-080;

9.2.10 HJSN - Hospital João dos Santos Neves, Rua Dr. Lopes Nalle nº 319, Centro, Baixo Guandu (ES), CEP 29730-000;

9.2.11 HMSA - Hospital e Maternidade Silvio Avidos; Avenida Silvio Avidos 951 São Silvano Colatina - ES CEP 29703132;

9.2.12 HRAS - Hospital Roberto Arnizaut Silvas, Rodovia Otovarino Duarte Santos Km 2, São Mateus (ES), CEP 29938-

910; 9.2.13 HSJC - Hospital São José do Calçado, Rua Dr. José Fernandes Medina s/nº, Centro, São José do Calçado (ES), CEP 29470-000;

9.2.14 SESA/HEMOES - Centro de Hemoterapia e Hematologia do Espírito Santo; Av. Marechal Campos, 1468, Maruípe, Vitória (ES) CEP 29040-090, telefone 3636 7921

9.2.15 UIJM - Hospital de Jerônimo Monteiro, Av. Dr. José Farah nº 34, Jerônimo Monteiro (ES), CEP 29550-000.

9.3 - A Administração designará servidor (ou comissão de, no mínimo, três membros, na hipótese de compras de valor superior a R\$ 80.000,00, conforme o art. 15, § 8º, da Lei 8.666/1993) para recebimento do objeto contratual da seguinte forma:

9.3.1 - Provisoriamente, no ato da entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação demandada e com a proposta apresentada, atestado por escrito.

9.3.2 - Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento provisório, mediante Termo de Recebimento Definitivo.

9.4 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.5 - No caso de os objetos serem entregues em desconformidade, a CONTRATADA será notificada da recusa, parcial ou total, para realizar a correção de falhas ou a substituição por outros, em até 05 (cinco) dias úteis, ou no prazo remanescente para a entrega fixado em contrato, se for superior e ainda estiver em curso, renovando-se, a partir da nova entrega, o prazo para recebimento definitivo.

9.6 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10 - DA VALIDADE

10.1 - Os produtos objeto deste Registro de Preços terão validade de, pelo menos 75% do prazo de validade total e no mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega dos mesmos.

11 - DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 - Compete à Contratada:

a) entregar os produtos de acordo com as condições e prazos propostos e mantê-los em pleno funcionamento dentro do período de garantia;



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;
- e) Observar vedação da subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

11.2 - Compete à Contratante:

- a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;
- b) definir o local para entrega dos medicamentos adquiridos;
- c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o licitante contratado à aplicação de multa de mora, nas seguintes condições:

- 12.1.1 - Fixa-se a multa de mora em 0,3 % (três décimos por cento) por dia de atraso, a incidir sobre o valor total reajustado do contrato, ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado;
- 12.1.2 - Os dias de atraso serão contabilizados em conformidade com o cronograma de execução do contrato;
- 12.1.3 - A aplicação da multa de mora não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas no item 12.2 deste edital e na Lei 8.666/1993.

12.2 - A inexecução total ou parcial do contrato ensejará a aplicação das seguintes sanções ao licitante contratado:

- a) advertência;
- b) multa compensatória por perdas e danos, no montante de até 10% (dez por cento) sobre o saldo contratual reajustado não executado pelo particular;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 02 (dois) anos, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93;
- d) impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, especificamente nas hipóteses em que o licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e o art. 28 do Decreto 2.458-R/2010;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, em toda a Federação, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea "c".

12.2.2 - As sanções previstas nas alíneas "a", "c"; "d" e "e" deste item, não são cumulativas entre si, mas poderão ser aplicadas juntamente com a multa compensatória por perdas e danos (alínea "b").

12.2.3 - Quando imposta uma das sanções previstas nas alíneas "c", "d" e "e", a autoridade competente submeterá sua decisão ao Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, a fim de que, se confirmada, tenha efeito perante a Administração Pública Estadual.

12.2.4 - Caso as sanções referidas no parágrafo anterior não sejam confirmadas pelo Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER, competirá ao órgão promotor do certame, por intermédio de sua autoridade competente, decidir sobre a aplicação ou não das demais modalidades sancionatórias.

12.2.5 - Confirmada a aplicação de quaisquer das sanções administrativas previstas neste item, competirá ao órgão promotor do certame proceder com o registro da ocorrência no CRC/ES, e a SEGER, no SICAF, em campo apropriado. No caso da aplicação da sanção prevista na alínea "d", deverá, ainda, ser solicitado o descredenciamento do licitante no SICAF e no CRC/ES.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

12.3 - As sanções administrativas somente serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório, observando-se as seguintes regras:

- a) Antes da aplicação de qualquer sanção administrativa, o órgão promotor do certame deverá notificar o licitante contratado, facultando-lhe a apresentação de defesa prévia;
- b) A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, indicando, no mínimo: a conduta do licitante contratado reputada como infratora, a motivação para aplicação da penalidade, a sanção que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa;
- c) O prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação, exceto na hipótese de declaração de inidoneidade, em que o prazo será de 10 (dez) dias consecutivos, devendo, em ambos os casos, ser observada a regra do art. 110 da Lei 8.666/1993;
- d) O licitante contratado comunicará ao órgão promotor do certame as mudanças de endereço ocorridas no curso do processo licitatório e da vigência do contrato, considerando-se eficazes as notificações enviadas ao local anteriormente indicado, na ausência da comunicação;
- e) Ofertada a defesa prévia ou expirado o prazo sem que ocorra a sua apresentação, o órgão promotor do certame proferirá decisão fundamentada e adotará as medidas legais cabíveis, resguardado o direito de recurso do licitante que deverá ser exercido nos termos da Lei 8.666/1993;
- f) O recurso administrativo a que se refere a alínea anterior será submetido à análise da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

12.4 - Os montantes relativos às multas moratória e compensatória aplicadas pela Administração poderão ser cobrados judicialmente ou descontados dos valores devidos ao licitante contratado, relativos às parcelas efetivamente executadas do contrato;

12.5 - Nas hipóteses em que os fatos ensejadores da aplicação das multas acarretarem também a rescisão do contrato, os valores referentes às penalidades poderão ainda ser descontados da garantia prestada pela contratada;

12.6 - Em qualquer caso, se após o desconto dos valores relativos às multas restar valor residual em desfavor do licitante contratado, é obrigatória a cobrança judicial da diferença.

12.7 - Sem prejuízo da aplicação das sanções acima descritas, a prática de quaisquer atos lesivos à administração pública na licitação ou na execução do contrato, nos termos da Lei 12.846/2013, será objeto de imediata apuração observando-se o devido processo legal estabelecido no marco regulatório estadual anticorrupção.

13 - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA

13.1 - Constatado que o CONTRATADO não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, o mesmo será notificado para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.2 - Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3 - Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pelo CONTRATADO, será imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4 - Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

13.5 - Em se tratando de irregularidade fiscal decorrente de crédito estadual, o CONTRATANTE informará à Procuradoria Fiscal da Procuradoria Geral do Estado sobre os créditos em favor da empresa, antes mesmo da notificação à empresa.

14 - DA RESCISÃO

14.1 - A rescisão da Ata poderá ocorrer nas hipóteses e condições previstas nos arts. 78 e 79 da Lei 8.666/1993, no que couberem, com aplicação do art. 80 da mesma Lei, se for o caso.

15 - DOS ADITAMENTOS

15.1 - A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei 8.666/1993, após manifestação formal da Procuradoria Geral do Estado.

16 - DOS RECURSOS



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

16.1 - Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos do art. 109 da Lei 8.666/1993.

17 - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

17.1 - A execução do contrato será acompanhada pelo(a) (UNIDADE DO ÓRGÃO), designado representante da Administração nos termos do art. 67 da Lei 8.666/1993, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições deste Contrato, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

18 - DO FORO

18.1 - Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, para igual distribuição, para que produza seus efeitos legais.

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA

Subsecretária de Estado de Atenção à Saúde
Contratante

RODRIGO ALVES PONTES

Baxter Hospitalar Ltda
Contratada



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS DE MATERIAL DE CONSUMO - MEDICAMENTOS, conforme descrição, condições, quantidades, exigências e estimativas adiante indicadas:

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANT
4	176448	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1 : CLORETO DE SODIO 6MG/ML ; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 2: CLORETO DE POTASSIO 0,3MG/ML; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 3: CLORETO DE CALCIO DI-HIDRATADO 0,2MG/ML; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 4: LACTATO DE SODIO 3,1MG/ML; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 500ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA;UNIDA DE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO;UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO CÓD: 176448	BOLSA/ FRASCO	139.548

1.1 - Os preços, unitário e global, máximos admitidos para fins de registro são os que constam na tabela acima.

1.2 - A oferta de preços acima do parâmetro estabelecido acima importará em desclassificação do licitante.

1.3 - Não é permitida a compra de medicamentos com valores acima da tabela CMED. Os valores deverão ser ajustados de acordo com a marca ofertada, aplicando também o CAP e o CONFAZ, se for o caso.

1.3.1 – Só será permitida a compra do medicamento se o mesmo possuir preço registrado na tabela CMED, salvo os pontos abaixo:

1.3.1.1 - Os medicamentos contemplados em resolução específica da ANVISA que obrigue os mesmos a publicarem seus preços em REVISTAS ESPECIALIZADAS, cabendo a apresentação da aludida publicação quando solicitado.

1.3.1.2 - Os medicamentos que possuírem resolução específica da ANVISA que desobrigue o registro dos preços tanto na CMED quanto em REVISTAS ESPECIALIZADAS, cabendo a apresentação da resolução quando solicitado.

1.4 - CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS

a) Validade não inferior a 12 (doze) meses;

b) Declaração do nome comercial, marca, fabricante, país de origem, fórmula e dosagem, quantidade por embalagem, nº do registro do Ministério da Saúde;

c) A aquisição se dará sob a denominação genérica do medicamento, constante da listagem dos produtos padronizados pela Secretaria de Estado da Saúde;

d) Dizeres constantes dos rótulos e embalagens de acordo com a legislação vigente;

e) Entrega dos medicamentos em embalagens primária e secundária, devidamente identificados e acondicionados de forma adequada, consideradas as condições de umidade e temperatura. A embalagem primária deverá conter denominação genérica do medicamento, concentração, registro no Ministério da Saúde, fabricante, data de fabricação, validade e demais informações exigidas pela legislação;

f) A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio";

g) Apresentar laudo de qualidade, nos termos da exigência contida no art. 3º, § 4º, da Lei 9.787/1999.

h) As distribuidoras devem apresentar, no caso de vencerem a licitação, certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos.

2 - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1 - São obrigações da CONTRATANTE:

a) efetuar o pagamento do preço previsto nos termos deste contrato;

b) definir o local para entrega dos medicamentos adquiridos;

c) designar servidor (ou comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do § 8º do art. 15 da Lei 8.666/1993) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da entrega dos produtos adquiridos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

2.2 - São obrigações da CONTRATADA:

- a) entregar os medicamentos de acordo com as condições e se responsabilizar pelo período da garantia;
- b) providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante;
- c) manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/1993;
- d) garantir a execução qualificada do contrato durante o período de garantia;
- e) As distribuidoras devem apresentar certificado de procedência dos produtos lote a lote, a serem entregues no ato da entrega dos produtos;
- f) A embalagem secundária e/ou primária deve estar grafada com a expressão "Proibida a Venda ao Comércio";
- g) Observar vedação da subcontratação, no todo ou em parte, do objeto contratado.

3 - DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

3.1 - A quantidade máxima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada **conforme Lotes acima descritos**.

3.2 - A quantidade mínima estimada a ser adquirida pelos órgãos participantes do certame, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, é fixada em **conforme Detalhamento do Objeto**.

3.3 - O fornecedor fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade máxima estimada de fornecimento estabelecida neste edital.

3.4 - A adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos e entidades que não tenham participado do certame dependerá, além de autorização do órgão gerenciador, da observância dos limites previstos na legislação vigente e da aceitação de fornecimento pelo particular, do cumprimento dos seguintes critérios:

- a) Os quantitativos fixados pelos órgãos e entidades que não tenham participado do certame não serão computados nos quantitativos fixados originariamente nos itens 3.1 a 3.3;
- b) Ao órgão ou entidade que não tenha participado do certame fica vedada a fixação de suas respectivas quantidades em montante superior ao máximo estabelecido no item 3.1;
- c) Não será admitida a adesão de órgãos e entidades que não tenham participado do certame, na hipótese de risco de prejuízo para as obrigações anteriormente assumidas, o que será aferido pelo órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada.

4 - DA QUANTIDADE MÍNIMA DE ITENS A SEREM COTADOS

4.1 - Não será admitida cotação inferior à quantidade máxima prevista.

5 - DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1 Da fiscalização:

5.1.1 As unidades da Rede Estadual de Saúde deverão abrir um processo de compra específico para cada Ata de Registro de Preços, visto que o processo mãe estará de posse da SESA.

5.1.2 A fiscalização do contrato será de responsabilidade do fiscal indicado por cada órgão e unidade participante;

5.1.3 A aceitação do medicamento será certificada pelo serviço de farmácia ou por um servidor designado para este fim, mediante atesto na nota fiscal, juntamente com o fiscal da unidade, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento;

5.1.4 A fiscalização exercida pelo Estado não exime em nada a responsabilidade da contratada pela completa e perfeita execução do objeto de contrato ou instrumento equivalente;

5.1.5 As unidades da Rede Estadual de Saúde deverão notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.

5.2 Das obrigações da contratada:

5.2.1 Os medicamentos devem ser entregues nas unidades solicitantes em embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, sem umidade, sem inadequação de conteúdo, identificados, nas condições de temperatura exigida em rótulo e com o número do registro emitido pela ANVISA, acompanhados da documentação fiscal



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde

Núcleo Especial de Contratos e Convênios

em duas vias, com especificação dos quantitativos discriminados na nota fiscal apresentados em unidades individualizadas. O número do lote do medicamento recebido deve constar na rotulagem e na nota fiscal, especificados o número de lotes por quantidade de medicamento entregue.

5.2.2 O transporte dos medicamentos deverá obedecer a critérios adequados, de modo a não afetar a identidade, qualidade e a integridade dos mesmos. Os medicamentos termolábeis devem ser acondicionados e transportados sob controle de temperatura adequado, dentro das condições estabelecidas pelo fabricante.

5.2.3 Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem ter em seus rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa, quais sejam: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração, de acordo com a legislação sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor.

5.2.4 As embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.

5.2.5 De acordo com a Portaria n. 2.814/GM, de 29 de maio de 1998, os produtos a serem fornecidos pelas empresas vencedoras das licitações devem apresentar, em suas embalagens, a expressão: "PROIBIDA A VENDA NO COMÉRCIO".

5.2.6 Respeitar e cumprir com os prazos de entrega dos itens comprados, observando os períodos de parcelamento e quantidades.

5.2.7 Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Estado.

5.2.8 Fornecer amostra do produto quando solicitado, para laudo técnico de utilização.

5.3 Das obrigações da contratante:

5.3.1 Acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens solicitados.

5.3.2 Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas.

5.3.3 Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados ao Estado. 5.3.4 Atestar notas fiscais correspondentes após o recebimento dos itens comprados.

5.3.5 Receber e fiscalizar os produtos entregues, verificando a sua correspondência com as especificações prescritas no edital, atestando sua conformidade.

5.3.6 Designar formalmente um servidor da unidade gestora para acompanhar e fiscalizar a execução da autorização de fornecimento ou instrumentos equivalentes.

5.3.7 Notificar formalmente quaisquer irregularidades encontradas na entrega dos itens.

6 - ESTIMATIVA DE QUANTIDADES:

As quantidades máximas solicitadas foram obtidas por meio de pesquisa de quantitativo realizada no SIGA. A seguir estão elencadas as quantidades informadas pelas unidades para o consumo de 12 meses, o consumo mínimo, as especificações completas de cada lote, bem como se há a aplicação do Coeficiente de Adequação de Preços (conforme Resolução CMED nº3, 02/03/2011 e Comunicado nº 6, 05/09/2013) e se está isento de ICMS (Convênio do CONFAZ).

As quantidades mínimas estimadas do objeto a ser adquirida pelos órgãos e entidades participantes, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, será fixada em 20% (vinte por cento) da quantidade máxima de cada item, para fins de cumprimento do inciso II, do artigo 13, do Decreto Estadual 1.790-R/2007.

Lote	Especificação	CAP	CONFAZ	Unidades	Quantitativo	Total
4	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1 : CLORETO DE SODIO 6MG/ML ; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 2: CLORETO DE POTASSIO 0,3MG/ML; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 3: CLORETO DE CALCIO DIHIDRATADO 0,2MG/ML; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 4: LACTATO DE SODIO 3,1MG/ML; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 500ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA;UNIDADE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO;	NÃO	NÃO	CAPAAC	0	139.548
				CREFES	48	
				DSPM	0	
				HABF	16.500	
				HDRC	15.000	
				HDS	25.000	
				HEAC	3.000	
				HESVV	6.000	
				HINSG	0	
				HJSN	4.000	
				HMSA	30.000	
				HRAS	30.000	
				HSJC	10.000	
				HEMOES	0	
UIJM	0					



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Estado da Saúde
Núcleo Especial de Contratos e Convênios

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1163/2021

ANEXO – A

Este documento é parte integrante da **Ata de Registro de Preços 1163/2021**, celebrada entre a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE e a Empresa cujos preços estão a seguir registrados por Item, em face à realização do **Pregão nº 608/2021**.

LOTE	CÓD. SIGA	ITENS	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VR UNIT. MÁXIMO POR ITEM	VALOR TOTAL POR ITEM
4	176448	1	MEDICAMENTOS GERAIS DE USO HUMANO; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 1 : CLORETO DE SODIO 6MG/ML ; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 2: CLORETO DE POTASSIO 0,3MG/ML; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 3: CLORETO DE CALCIO DI-HIDRATADO 0,2MG/ML; PRINCIPIO / CONCENTRACAO 4: LACTATO DE SODIO 3,1MG/ML; FORMA FARMACEUTICA: SOLUCAO INJETAVEL; FORMA DE APRESENTACAO: BOLSA OU FRASCO EM SISTEMA FECHADO 500ML; VIA DE ADMINISTRACAO: INTRAVENOSA;UNIDA DE DE FORNECIMENTO: BOLSA OU FRASCO;UNIDADE DE MEDIDA: BOLSA OU FRASCO CÓD: 176448. MARCA: VIAFLEX	BOLSA/ FRASCO	139.548	3,03	422.830,44

REPRESENTANTE: BAXTER HOSPITALAR LTDA (CNPJ 49.351.786/0010-71), localizada na Av. Jose Alves de Oliveira, 300, Galpão 14, Parque Industrial, Jundiaí, SP, CEP 13213-086, neste ato representada pelo Sr. RODRIGO ALVES PONTES, portador da Carteira de Identidade RG nº 34.697.204-8 e inscrito no CPF sob o nº 319.807.148-86

ASSINATURAS (2)

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
SUBSECRETARIO ESTADO QCE-01
SSAS - SESA - GOVES
assinado em 19/10/2021 12:02:16 -03:00

RODRIGO ALVES PONTES
CIDADÃO
assinado em 19/10/2021 12:16:40 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 19/10/2021 12:16:41 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ALESANDRO JOSE LIBERATTO JUSTO (ASSISTENTE GERENCIA QC-02 - NECV - SESA - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-5Z1LZB>

Baxter Hospitalar Ltda.
Escritório :
Av Dr Chucri Zaidan, 1.240, 18º Andar
Torre A – Santo Amaro
CNPJ. 49.351.786/0001-80
I.E.: 109.838.285-113
e-mail: licitacoes@baxter.com

Baxter Hospitalar Ltda.
Filial de Faturamento :
Avenida José Alves de Oliveira, nº 300,
Galpão 14, Parque Industrial
Jundiaí – São Paulo
São Paulo - CEP: 13213-086
CNPJ. 49.351.786/0010-71

Fone: (011) 5694-8500
Fax: (011) 5694-8666
DDG: 0800-125522



A
ES SESA GABINETE DO SECRETARIO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 608 / 2021
PROCESSO Nº: 2021-DX8WH
ABERTURA: 22/09/2021 às 14:00

PROPOSTA COMERCIAL

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTITATIVO MÁXIMO	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
4	Ringer Com Lactato 500 MI em PVC Solução injetável de ringer com lactato (cloreto de sódio + lactato de sódio + cloreto de potássio + cloreto de cálcio), estéril, apirogênica, atóxica em sistema fechado, acondicionada em bolsa flexível transparente, com escala graduada impressa que permite aproximadamente 35% de adição de medicamentos, com dois pontos, um para adição de medicamentos (tubo de elastômero auto-vedável) e outro para conexão de equipo, com membrana interna (tipo diafragma) de resistência adequada, com volume de 500 ml e embalada com invólucro protetor. Validade do Produto 24 meses. Código: AZB2323 Embalagem Individual Bolsa de plástico incolor flexível Procedência: Nacional Marca: Viaflex Fabricante: Baxter Hosp. Ltda. Registro Anvisa: 1.0683.0067.004-9	139.548 Bolsas	R\$ 3,03 (três reais e três centavos)	R\$ 422.830,44 (quatrocentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta reais e quarenta e quatro centavos)

Baxter Hospitalar Ltda.
Escritório :
Av Dr Chucri Zaidan, 1.240, 18º Andar
Torre A – Santo Amaro
CNPJ. 49.351.786/0001-80
I.E.: 109.838.285-113
e-mail: licitacoes@baxter.com



Baxter Hospitalar Ltda.
Filial de Faturamento:
Avenida José Alves de Oliveira, nº 300,
Galpão 14, Parque Industrial
Jundiaí – São Paulo
São Paulo - CEP: 13213-086
CNPJ. 49.351.786/0010-71

Fone: (011) 5694-8500
Fax: (011) 5694-8666
DDG: 0800-125522

VALOR TOTAL: R\$ 422.830,44 (quatrocentos e vinte e dois mil, oitocentos e trinta reais e quarenta e quatro centavos)

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias
Condição de Pagamento: 30 (trinta) dias
Prazo de Entrega: 15 (quinze) dias corridos
Impostos: Inclusos
Frete: Por conta do fornecedor

OBSERVAÇÃO

*** SOMENTE FORNECEREMOS EM CAIXA FECHADA ***

Declaro que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação e que estou de acordo com todas as normas deste edital e seus anexos.

CONTATOS BAXTER - PARA ENVIO DE COMUNICADOS E NOTAS DE EMPENHO:

pedidos_brasil@baxter.com ou 0800.012.5522
licitacoes@baxter.com (11) 5694. 8614 / 8523 / 8596

Dados de Faturamento: Baxter Hospitalar LTDA.
CNPJ: 49.351.786/0010-71
I.E. 407.258.248.111
Avenida José Alves de Oliveira, nº 300, Galpão 14, Parque Industrial
Jundiaí – São Paulo
São Paulo - CEP: 13213-086
Dados Bancários: Banco do Brasil - AG 1912-7 CC 4164-5

Dados assinatura do contrato:

Nome: Rodrigo Alves Pontes
Cargo: Analista de licitação
CPF: 319.807.148-86
RG 34.697.204-8

São Paulo, 22 de setembro de 2021.

RODRIGO ALVES
PONTES:31980714886
14886

Assinado de forma digital
por RODRIGO ALVES
PONTES:31980714886
Dados: 2021.09.22
16:31:23 -03'00'

BAXTER HOSPITALAR LTDA
CNPJ 49.351.786/0010-71

Rodrigo Alves Pontes
Analista de licitação
319.807.148-86
34.697.204-8

Vitória (ES), terça-feira, 26 de Outubro de 2021.

AVISO DE LICITAÇÃO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 756/2021****Órgão/Entidade:** SESA - Secretaria de Estado da Saúde
Processo Nº: 2021-L99DK**Objeto:** Registro de Preços de Medicamento - Mandado Judicial**Valor estimado:** R\$ 197.157,85**Acolhimento de propostas:** 27/10/2021 às 08:00h.**Abertura de propostas:** 12/11/2021 às 08:01h.**Abertura da sessão pública:** 12/11/2021 às 09:00h.O certame será realizado por meio do sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br.Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema **SIGA**, conforme instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores.**Informações:** através do e-mail sesacpl@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3347-5746, de 9 as 17h.

Em 25 de Outubro de 2021

Rafael Freitas de Araújo

Pregoeiro CPL/SESA

Protocolo 737848**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 757/2021****Órgão/Entidade:** SESA - Secretaria de Estado da Saúde.
Processo Nº: 2021-3NR5L**Objeto:** Registro de Preços de Bem de Consumo - Açúcar e Adoçante**Valor estimado:** R\$ 222.631,50**Acolhimento de propostas:** 27/10/2021 às 08:00h.**Abertura de propostas:** 10/11/2021 às 08:01h.**Abertura da sessão pública:** 10/11/2021 às 09:00h.O certame será realizado por meio do sistema **SIGA**, estando o edital disponível no endereço www.compras.es.gov.br.Os interessados em participar da licitação deverão efetuar seu cadastro no sistema **SIGA**, conforme instruções contidas no endereço www.compras.es.gov.br/cadastro-de-fornecedores.**Informações:** através do e-mail sesacpl@saude.es.gov.br, ou tel. (27) 3347-5745, de 9 as 17h.

Em 25 de outubro de 2021.

Valéria Cacciari Vervloet

Pregoeira da CPL SESA

Protocolo 738006**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0122/2021****Órgão/ Entidade:** SRSC - Superintendência Regional de Saúde de Colatina**Processo nº 2021-BWXGD****Objeto:** Aquisição De Material De Embalagem, Limpeza E Produção De Higienização Para Atender Setores Da SRSC E NREC.**Lote 01****Empresa vencedora:** A Peterli Comercio De Materiais De Limpeza E Prestação De Serviços EIRELI**Valor total:** R\$ 4.650,95**Lote 02****Empresa vencedora:** Foral Fornecedora Aliança Comercial EIRELI**Valor total:** R\$ 2.615,00Maiores informações através do email: srsc.compras@saude.es.gov.br ou pelo tel. (27)3717-2501/ 2502

Colatina, 25 de Outubro de 2021

Vanir Maria Zanotti

Pregoeira/CPL/SRSC

Protocolo 737638**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO****MODALIDADE:**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0047/2021**ÓRGÃO/ENTIDADE:** SESA/ Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim**Processo Nº:** 2021 - POPXB**Objeto:** Aquisição de Material de Expediente**FIRMA VENCEDORA:**

LÍDER COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA

LOTE ÚNICO**VALOR GLOBAL DO LOTE:** R\$ 2.357,00

O referido lote foi devidamente homologado pela Autoridade Competente em 25/10/2021

CONTATO: e-mail: srsci.dcm@saude.es.gov.br ou pelo tel. (28) 3526-4307

Cachoeiro-ES, 25/10/2021

Luci Aparecida Paschoal Brites Fernandes

Pregoeira da SRSCI

Protocolo 737689**RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO****Processo E-DOCS nº: 2021-JQD5V****A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**, no uso de suas atribuições legais, torna público a Dispensa de Licitação, com base no art. 24, item IV, da Lei nº 8.666/93, para contratação da empresa: FDA ALLERGENIC LTDA, no valor de R\$ 3.925,00 (três mil, novecentos e vinte e cinco reais), visando a aquisição de medicamentos para atendimento de decisão judicial.

Vitória, 22 de outubro de 2021

ERICO SANGIORGIO

Subsecretário de Estado da Saúde

Protocolo 737983**RATIFICAÇÃO DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO****Processo E-DOCS nº: 2021-VG3Z9****A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**, no uso de suas atribuições legais, torna público a Dispensa de Licitação, com base no art. 24, item IV, da Lei nº 8.666/93, para contratação da empresa: ASPEN PHARMA INDUSTRIA FARMACÊUTICA LTDA, no valor de R\$ 2.871,00 (dois mil, oitocentos e setenta e um reais), visando a aquisição de medicamentos para atendimento de decisão judicial.

Vitória, 22 de outubro de 2021

ERICO SANGIORGIO

Subsecretário de Estado da Saúde

Protocolo 737987**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ARP Nº 1162/2021****ÓRGÃO/ENTIDADE:** SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA**PROCESSO LICITATÓRIO:** 2021-DX8WH**PREGÃO:** 608/2021**LOTE: 03****OBJETO:** BROMOPRIDA 5MG/ML**EMPRESA:** UNIÃO QUÍMICA FARMACEUTICA NACIONAL S/A**CNPJ:** 60.665.981/0009-75**VALOR TOTAL DO LOTE:** R\$ 508.844,00

ARP Nº 1163/2021
ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO: 2021-DX8WH
PREGÃO: 608/2021
LOTE: 04
OBJETO: CLORETO DE SODIO 6MG/ML
EMPRESA: BAXTER HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 49.351.786/0010-71
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 422.830,44

ARP Nº 1164/2021
ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO: 2021-DX8WH
PREGÃO: 608/2021
LOTE: 05
OBJETO: CLORETO DE SODIO 9MG/ML
EMPRESA: FARMACE INDUSTRIA QUIMICO FARMACEUTICA CEARENSE LTDA
CNPJ: 06.628.333/0001-46
VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 320.820,00

VIGÊNCIA: 27/10/2021 a 26/10/2022
 A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
 SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE ATENÇÃO À SAÚDE

Protocolo 737705

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 1179/2021
ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2021- 7RGGL
EDITAL: Pregão nº 576/2021
LOTE: 3,10
OBJETO: DOMPERIDONA 10MG; TOPIRAMATO 100MG
EMPRESA: NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI
CNPJ: 34.729.047/0001-02
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 14.544,00

VIGÊNCIA: 27/10/2021 a 26/10/2022

A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
 Subsecretária do Estado de Atenção à Saúde
Protocolo 737710

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 1178/2021
ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2021- 7RGGL
EDITAL: Pregão nº 576/2021
LOTE: 1,2
OBJETO: CARBAMAZEPINA 200MG; CARBAMAZEPINA 400MG
EMPRESA: COSTA CAMARGO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 36.325.157/0001-34
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 20.012,00

VIGÊNCIA: 27/10/2021 a 26/10/2022
 A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
 Subsecretária do Estado de Atenção à Saúde
Protocolo 737739

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ARP Nº 1180/2021
ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2021- 7RGGL
EDITAL: Pregão nº 576/2021
LOTE: 5,9
OBJETO: EMPAGLIFLOZINA 25 MG; LINAGLIPTINA 5 MG
EMPRESA: BUTERI COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 31.474.414/0001-86
VALOR GLOBAL DO LOTE: R\$ 104.704,68

VIGÊNCIA: 27/10/2021 a 26/10/2022
 A íntegra da Ata de Registro de Preços, com a discriminação dos valores unitários, está disponível para consulta no endereço www.compras.es.gov.br.

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
 Subsecretária do Estado de Atenção à Saúde
Protocolo 737746

(*) ERRATA - EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP Nº 1151/2021 - ARP Nº 1152/2021
ARP Nº 1153/2021 - ARP Nº 1154/2021

ÓRGÃO/ENTIDADE: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESA
PROCESSO LICITATÓRIO: 2021-MXTF5
PREGÃO: Nº 0533/2021
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS

Onde se lê:
PROCESSO LICITATÓRIO: 2021-2021-MXTF5

Leia-se:
PROCESSO LICITATÓRIO: 2021-MXTF5

(*) Republicada por ter sido produzida com incorreção no nº do Processo.

QUELEN TANIZE ALVES DA SILVA
 Subsecretária de Estado de Atenção À Saúde
Protocolo 737595

Hospitais

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico **137/2021**
Órgão/Entidade: Hospital Estadual Dório Silva-HEDS
Processo nº: 2021-2FPGD
Objeto: Aquisição de Material Hospitalar (Kit para ligadura elástica de varizes gastroesofagianas).
Valor Estimado: R\$ 102.000,00.



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 29/10/2021 09:55:58 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por ALESANDRO JOSE LIBERATTO JUSTO (ASSISTENTE GERENCIA QC-02 - NECV - SESA - GOVES)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2021-P02WXG>